

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

VEÍCULO DIFUSOR: ANÁLISE DO JORNAL *LIGA E PROGRESSO* (1862 – 1865)

Isaac Gabriel Dias Garcez

Mestrando no PPGHB pela Universidade Federal do Piauí

isaacgabriel78@gmail.com

O presente artigo tem como objetivo interpretar o percurso das ideias progressistas, que foram articuladas no seio da política imperial durante os primeiros anos da década de 1860, na Província do Piauí pela análise do jornal *Liga e Progresso* (1862 – 1865), identificando esta plataforma, imprensa escrita, como o palco por meio da qual se estruturaram os discursos de difusão e defesa dessas ideias engendradas na corte do Rio de Janeiro com a formação do movimento político dissidente e do partido Liga Progressista. Faz-se necessário compreender o sistema político imperial a partir da década de 1850, no período que se estabelece o Gabinete da Conciliação, bem como a função das instituições nacionais responsáveis pela coesão do Império para então entender os discursos dos sujeitos políticos piauienses, em seus limites e nos seus potenciais de inovação, que foram responsáveis por introduzirem e legitimarem as ideias promovidas na corte para a comunidade política provincial, tendo destaque os do jornalista Deolindo Mendes da Silva Moura por ser o fundador do jornal e o seu principal redator.

Palavras-chave: Província do Piauí; Política imperial; Liga Progressista.

INTRODUÇÃO

O processo de formação do Estado nacional brasileiro foi gerenciado a partir das disputas em torno do poder governamental, que ativaram diferentes dispositivos políticos em torno dos quais os grupos sociais puderam se movimentar na tessitura de suas identidades pelas práticas que promoveram. O recorte deste trabalho é a movimentação política em torno desse processo do Estado brasileiro durante o período em que o jornal *Liga e Progresso* (PI) – 1862 a 1865 – circulou na Província do Piauí, entendendo as redes de comunicação existentes com a corte do Rio de Janeiro, onde estava em curso um movimento político que formou a base do poder executivo com o partido Liga Progressista.

Refletir sobre o desenvolvimento das ideias progressistas na Província do Piauí requer uma contextualização das lutas políticas vivenciadas no Brasil em torno e por causa das quais

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

o Estado nacional vai tomar forma e se consolidar. Com isso, é preciso observar a matriz sobre a qual o sistema político brasileiro se materializa para entendermos as ações dos sujeitos políticos em seus limites e nas suas possibilidades criativas. O trabalho apresenta duas partes: a primeira traz um resumo do contexto político brasileiro, antecedente à formação da Liga Progressista. Na segunda parte é apresentado o início do jornal *Liga e Progresso* (1862), sendo este um sintoma e ressonância da forma de se fazer política observada no Império. As fontes utilizadas foram as publicações do jornal *Liga e Progresso* (1862-1865).

A FORMAÇÃO DA LIGA PROGRESSISTA

Na década de 1850 surge o Gabinete da Conciliação, no período do 12º gabinete (1853-1856), com Honório Hermeto Carneiro Leão, o Marquês de Paraná, e do 13º gabinete (1856-1857), com Luís Alves de Lima, o então Marquês de Caxias. Esse momento foi definido como de reorganização do mando político no Império brasileiro com a volta dos conservadores ao cenário nacional, nos Ministérios e no Parlamento¹.

O liberalismo político, conceito historicamente originado na Europa, teve diferentes percursos, segundo a realidade histórica e o sistema econômico de cada nação no momento de sua incursão. A base histórica pela qual o Estado brasileiro se desenvolveu foi o fator inicial responsável para a modificação do liberalismo no país, sendo ele o sistema político estabelecido para a execução do projeto de governo adotado.

No Brasil, o problema para os segmentos políticos que viam no liberalismo uma forma de determinar o progresso nacional foi a Constituição de Dom Pedro I, que subordinava ao poder moderador os interesses da nação e a autoridade máxima de regular o Estado. Contudo, “o resultado era que, sem trair o texto constitucional, era possível, conforme as circunstâncias, tanto legitimar uma monarquia constitucional conforme o figurino de Constant, [...] quanto um

¹ Alguns fatores devem ser considerados para que esses gabinetes, em especial o presidido pelo Marquês do Paraná, sejam interpretados: primeiro, que no ano de 1847 foi criado o cargo de presidente do Conselho dos Ministros, que era escolhido pelo imperador, e que esse tinha como função escolher quem iria chefiar as pastas ministeriais. Nesse aspecto, a historiografia ainda não conseguiu identificar o balanço de forças entre o chefe de executivo e o presidente dos ministros. Segundo que a longevidade desse ministério não pode ser traduzida como período de estabilidade como parte da historiografia interpreta, pois no decurso desse ministério os liberais e os conservadores, na corte, vão se fragmentar.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

regime verdadeiramente monarquiano [...]”², dividindo assim os grupos políticos do país segundo seus interesses.

Além das questões em torno do mando político neste período se relacionarem com a figura do Imperador ou com o presidente do gabinete em questão, é válido visualizar esse momento considerando conflitos e crises internos da política brasileira, identificando esse gabinete a partir da execução do programa político conciliatório que a classe exigia desde a década de 1840:

Assim, embora a política da conciliação tenha sido pensada já na ocasião da escolha dos ministros, bem como nas Instruções do imperador, ela ganhou força real somente nos debates políticos, tanto os da imprensa como, e principalmente, os surgidos no cotidiano parlamentar.³

Nesse sentido, esse período não pode ser tomado como a apoteose da estabilidade política no Império, mas como um momento de inflexão da governança nacional em comparação com as décadas anteriores. O parâmetro para mensurar essa aceitabilidade da política da conciliação está na relação com a Câmara dos Deputados, pois “é possível afirmar que parcelas expressivas de ambos os partidos aderiram às propostas da Conciliação”⁴. É importante também ressaltar que “liberais e conservadores não atuaram em conjunto; o apoio, ou não, ao ministério Paraná variou de bancada para bancada, de província para província. Individualmente, alguns políticos, vez ou outra, também trocaram de posição”⁵.

A reforma eleitoral aprovada no Gabinete da Conciliação foi um momento político do Império que facultou o acesso dos liberais ao mando político pela modificação do código eleitoral que contemplou com acesso aos cargos públicos eletivos alguns dos segmentos sociais que podiam perturbar a ordem pública por meio das revoltas: “A renovação da Câmara foi grande nas primeiras eleições regidas pela nova lei (legislatura de 1857-60). Foram eleitos 20

² LYNCH, Christian Edward Cyril. O conceito de liberalismo no Brasil. *Araucaria – Revista Iberoamericana de Filosofia, Política y Humanidades*, Sevilha, n. 17, p. 226, mayo 2007.

³ FERRAZ, Paula Ribeiro. *O Gabinete da Conciliação: atores, ideias e discursos (1848-1857)*. 2013. 159 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de pós-graduação em História, Universidade Federal de Juiz de Fora, Minas Gerais, 2013. p. 72.

⁴ FERRAZ, Paula Ribeiro. *O Gabinete da Conciliação: atores, ideias e discursos (1848-1857)*. 2013. 159 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de pós-graduação em História, Universidade Federal de Juiz de Fora, Minas Gerais, 2013. p. 93.

⁵ FERRAZ, Paula Ribeiro. *O Gabinete da Conciliação: atores, ideias e discursos (1848-1857)*. 2013. 159 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de pós-graduação em História, Universidade Federal de Juiz de Fora, Minas Gerais, 2013. p. 94.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

liberais. O impacto foi tão grande que a lei foi alterada em 1860, passando os distritos a eleger três deputados em vez de um só.”⁶

Algumas das questões que vão provocar a crise, e até mesmo a cisão, dentro do Partido Conservador vão surgir por causa da implantação das reformas judiciária (1854) e eleitoral (1855), bem como por causa da política de crédito e as consequências da Lei Eusébio de Queirós (1850) – todas as principais leis de reforma social, tais como a abolição do tráfico de escravos, a Lei do Ventre Livre, a Lei de Abolição, a Lei de Terras, foram aprovadas por ministérios e câmaras conservadores⁷. Isso provocou o ressentimento dentro do grupo político conservador. A respeito do fim do decênio de 1850:

Entre 1857 e 1859, houve uma aproximação entre conservadores dissidentes e liberais no que tangia à política financeira dos gabinetes no poder [...] Uma das consequências de tal aproximação foi, já nas eleições de 1860, o surgimento de candidatos que, utilizando-se das controvérsias relativas à questão bancária, bem como dos impactos da reforma eleitoral recém-aprovada, declaravam não comungar nem bem com os dogmas do partido conservador, nem tampouco com as ideias dos liberais mais radicais.⁸

Por isso mesmo:

Mostrou-se até aqui como, entre 1858 e 1860, no contexto de reelaboração do discurso partidário, que envolveu jornais e debates parlamentares, constituiu-se um antagonismo mais geral que se expressou no par de conceitos ‘escola liberal’ e ‘oligarquia’, relacionados com as diferentes concepções de política e economia envolvidas na questão bancária e com tópicos da tradição partidária da década de 1840.⁹

Estudar história política é perceber as possibilidades do exercício de poder no cotidiano político da realidade concreta investigada, ou seja, é ampliar o entendimento dos acontecimentos numa relação de causa e consequência para entender as contradições das forças que operam num determinado contexto, analisando o sistema político quanto à sua organização

⁶ CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro das sombras: a política imperial*. 13. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020. p. 399.

⁷ CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro das sombras: a política imperial*. 13. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020. p. 224.

⁸ ESTEFANES, Bruno Fabris. *A muralha de bronze: a formação da Liga Progressista no Império do Brasil. Representação, soberania e rearticulação partidária (1857-1862)*. 2017. 224 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de pós-graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Universidade de São Paulo, 2017. p. 13.

⁹ ESTEFANES, Bruno Fabris. *A muralha de bronze: a formação da Liga Progressista no Império do Brasil. Representação, soberania e rearticulação partidária (1857-1862)*. 2017. 224 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de pós-graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Universidade de São Paulo, 2017. p. 93.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

e coesão, em seus avanços e crises, observando que “entre um programa político e as circunstâncias que o originaram há sempre uma distância considerável, porque passamos então do domínio do concreto para o do discurso, que comporta uma expressão das ideias e uma linguagem codificada.”¹⁰ Por isso, na intenção de entender o funcionamento dos grupos políticos, deve-se lançar luz sobre os códigos adotados, o programa selecionado, as arbitragens cometidas e os interesses contraditórios para entender a diferença entre a significação das ideias e sua execução: “É precisamente uma das tarefas do historiador que trabalha com as forças políticas tentar perceber essa distância, fundamental para a compreensão dos fenômenos históricos, entre a realidade e o discurso.”¹¹

Os reformistas mais exaltados vão, em torno do Partido Liberal, provocar a opinião pública para entender as contradições do Poder Moderador na monarquia constitucional representativa em que o estado brasileiro se acomodava, e o dispositivo utilizado que articulou essa movimentação, para além dos *meetings*, foi a imprensa. Para entender as identidades de sujeitos históricos envolvidos na política imperial nesse período é preciso pesquisar a produção que desenvolveram, sobretudo a produção pós-década de 1850, época em que há a formação da Liga Progressista na política imperial e o protagonismo do uso da imprensa como prática intelectual e arma política por meio da escrita.

A DIFUSÃO DA LIGA NO PIAUÍ

A história da imprensa do Brasil está relacionada ao processo de emancipação política do país, na medida em que este meio de comunicação foi sendo cristalizado durante o século XIX como uma plataforma por meio da qual ideias podiam ser representadas pela palavra escrita: “A imprensa eminentemente política no Piauí data do século XIX, como resultado da confluência conjuntural formada no limiar entre espaço público e direito privado [...]”¹²

Essa plataforma acolheu e acomodou as mais dissonantes vozes num jogo que tinha como árbitro um acordo tácito entre os sujeitos participantes e os direitos políticos. Sendo assim, constituiu-se como lugar para luta política, acomodando os grupos sociais na segunda

¹⁰ BERSTEIN, Serge. Os partidos. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Tradução de Dora Rocha. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 61.

¹¹ BERSTEIN, loc. cit.

¹² RÊGO, Ana Regina. *Imprensa piauiense: entre a literatura e a política*. In: CONGRESSO NACIONAL DA HISTÓRIA DA MÍDIA, 6, 2008, Niterói. *Anais* [...]. Niterói: UFF, 2008. p. 14.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

metade do século XIX: “Nesse tempo a imprensa era uma terrível arma de combate e o direito uma divindade a que todos rendiam culto.”¹³

O início do jornal *Liga e Progresso* se insere em um contexto de ativa legitimação da imprensa escrita, tida como palco dos discursos políticos e da movimentação dos sujeitos/grupos políticos dissidentes no Rio de Janeiro que ocupavam posições na Assembleia Geral e no Gabinete. Em 1852 ocorre no Piauí a transferência da capital de Oeiras para Teresina. O início da circulação do *Liga e Progresso* na nova capital ocorre uma década após sua fundação, porém não surge como a primeira plataforma dos liberais: “Os liberais e novamente os Castello Branco, na figura de Lívio, lançam *O Conciliador Piauiense*, um nome que remete à nova ordem política do País, ao qual segue-se *O Propagador* e *Liga e Progresso*, ambos na década de 1860.”¹⁴

A formação do jornal *Liga e Progresso* se insere então nesse contexto de acomodação das forças dissidentes do bipartidarismo político em torno da Liga Progressista no Rio de Janeiro. Deolindo Mendes da Silva Moura¹⁵ foi o financiador e editor desse jornal. A fundação ocorreu em 1862. O periódico se autodefinia como um jornal político e prometia em suas primeiras publicações ter uma periodicidade semanal. Em sua primeira edição, do dia 6 de outubro de 1862, o jornal é apresentado a partir da movimentação política que o Rio de Janeiro experienciava, indicando com isso a relevância de sua publicação/circulação para a comunidade política piauiense.

Nessa mensagem de apresentação, o ponto de reflexão sobre a situação do país era a forma como a máquina pública estava sendo gerenciada. A ideia de que o desarranjo político vivido era consequência do mau uso do aparelho estatal pelos sujeitos que compunham o Poder Legislativo é colocada como situação alarmante. O jornal impõe a si uma função de combate a essa situação e localiza nos formadores da Liga Progressista no Rio de Janeiro sua interlocução, pois reconhecia neste movimento a defesa do progresso que o país deveria ter.

¹³ FREITAS, Clodoaldo. *Vultos piauienses*. 3 ed. Teresina: Academia Piauiense de Letras: EDUPFI, 2012. p. 62.

¹⁴ RÊGO, Ana Regina. *Jornais monarquistas piauienses: mapeamento da temática republicana no final do Segundo Reinado*. In: ENCONTRO NACIONAL DA REDE ALFREDO DE CARVALHO, 3, 2005, Novo Hamburgo. *Anais* [...]. Novo Hamburgo: UFRGS, 2005. p. 2.

¹⁵ Deolindo Mendes da Silva Moura (1835-1872), oeirense, concluiu os estudos na faculdade de Direito em Recife no ano de 1859, exerceu carreira profissional como advogado e jornalista, idealizou o projeto progressista na Província do Piauí com a fundação do jornal *Liga e Progresso*, foi membro do Partido Liberal e teve participação no jornal *A Imprensa*.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

O Partido Progressista se consolidou na política nacional com o gabinete de Pedro de Araújo Lima, que assumiu o ministério em 30 de maio de 1862. A ideia dos bons espíritos, daqueles que lutavam contra o “estado atual das coisas” e que na corte do Rio de Janeiro consolidavam um movimento contrário aos comerciantes do Estado é identificada com a formação da Liga Progressista. A ideia da feitura da Liga surge como um comprometimento na defesa do país, e as ações dos sujeitos que pertenciam à Liga iriam modificar o futuro previsível do país para o futuro brilhante a que o Brasil tinha por direito reservado. O jornal é apresentado como um ponto de apoio ao movimento, a ressonância dos pensamentos da Liga Progressista no cenário político piauiense.

O jornal, nesta primeira edição, visualiza o Piauí a partir da ótica de sua estagnação econômica, ressaltando o malefício do mau gerenciamento dos assuntos públicos como causa e consequência. Nesse sentido, obedecendo a lógica do progresso, o redator evoca a participação de todos os piauienses para acompanhar os assuntos que se desenvolviam na corte, pois: “A *Liga e Progresso* é o órgão na imprensa dos sentimentos desses homens, dos Piauienses verdadeiramente interessados pelo bem-estar de todos e pela prosperidade da Província que os viu nascer.”¹⁶

É importante realizarmos um exame do contexto nacional da época em que esses escritos foram publicados, no sentido de entender a importância que o jornalista reserva ao diálogo “pátria e província”, “corte e piauienses”. Essa relação se insere na política nacionalista propagada pelos órgãos nacionais, tais como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, na intenção de promover a coesão do território em torno do Estado imperial: “[...] a maioria dos esforços estava sob a orientação política centralista do Império para a formação de uma consciência de pertencimento à comunidade política nacional.”¹⁷ A comunidade de piauienses deveria, portanto, fazer parte das lutas que se ensaiavam na corte do Rio de Janeiro e manter-se firme ao cumprimento de suas obrigações como cidadãos do Império, na busca do futuro próspero que almejavam.

Na segunda edição do jornal, publicada em 22 de outubro de 1862, existe a ideia de que a formação do novo partido estava em conformidade com todas as pessoas que acreditavam na causa do progresso para o país. Para isso, explica a acomodação de forças que antes eram

¹⁶ MOURA, Deolindo Mendes da Silva. *Liga e Progresso*, Teresina, n. 1, p. 1, 6 out. 1862. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 31 mar. 2021.

¹⁷ SOUZA, Paulo Gutemberg de Carvalho. *História e identidade: as narrativas da piauiensidade*. Teresina: EDUPFI, 2010. p. 117.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

opostas e que naquele momento lutavam juntas pela mesma causa e no mesmo campo de batalha intelectual.

Dedica uma nota a Antônio de Sampaio Almendra, integrante do Partido Conservador, que tem seu valor mensurado por causa da consideração que os outros membros do partido lhe reservavam, além das raízes genealógicas que o tornavam pertencente a famílias cujos membros eram lembrados pela grandeza de suas ações. É caracterizado como um interlocutor político que permite todos os debates e que promove estímulos diversos, pautados todos na tolerância, em consonância aos esforços de produzir no Piauí partidos importantes. De acordo com isso é que revela que este sujeito opositor defende a ideia da necessidade de existir no Piauí a criação do novo partido, em conformidade com o país: “Vê-se pois que o Dr. Almendra repele energicamente essa luta das paixões e de interesses pessoais, que ele quer a luta das ideias, o domínio da inteligência esclarecida, porque só assim o País poderá colher vantagens.”¹⁸ Conclui a nota provocando, pelo discurso, a legitimação do seu próprio fazer, e essa ideia vai estar presente em todas as publicações do ano de 1862.

Na edição de 31 de outubro de 1862 é exposto um esboço da atuação política de João Lustosa da Cunha Paranaguá¹⁹ na Assembleia Geral, no tocante à navegação do rio Paraíba, validando esse político piauiense pelo cumprimento de suas obrigações, aliado à promoção do progresso da sua província natal:

Temos certeza de que o Exmo. Sr. Conselheiro João Lustosa da Cunha Paranaguá, nosso muito digno comprovinciano, deu, por ocasião de conseguir o Decreto da aprovação dos Estatutos, mais uma exuberante prova do seu amor e interesse pela prosperidade da Província que o viu nascer, ele empenhou todo o valioso apoio e prestígio, de que merecidamente goza, e logo obteve o Decreto de aprovação dos estatutos.²⁰

É possível perceber a interlocução que o jornal visa estabelecer entre os sujeitos políticos piauienses em seus respectivos lugares, na província e na corte, e com suas respectivas

¹⁸ MOURA, Deolindo Mendes da Silva. *Liga e Progresso*, Teresina, n. 2, p. 1, 22 out. 1862. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 31 mar. 2021.

¹⁹ João Lustosa da Cunha Paranaguá (1821-1912) foi um magistrado e político piauiense, que teve carreira consolidada a partir da sua candidatura na Assembleia Geral, a partir da qual se projetou para cargos nomeados na chefia de ministérios. Foi presidente das províncias do Maranhão, do Pernambuco e da Bahia. Teve participação em importantes instituições, como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

²⁰ MOURA, Deolindo Mendes da Silva. *Liga e Progresso*, Teresina, n. 3, p. 1, 31 out. 1862. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 31 mar. 2021.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

funções, imprensa local e elite política nacional, por meio das quais cada agente é intitulado pelo jornal responsável, com os seus meios, pelo progresso do Piauí.

Na publicação de 22 de novembro de 1862 é feita uma transcrição no jornal de uma reflexão que surge em torno do programa político partidário. Os “conservadores vermelhos”, segundo a transcrição, questionam sobre qual seria o programa dos progressistas por dizerem aqueles que este partido se formou com as dissidências e por isso não constituem um partido coeso com visão de futuro para o país. No corpo do próprio texto transcrito é feita a absolvição do caso em um resumo que revela ser o programa do partido o “progresso como missão e fim”, para mais adiante acrescentar as reformas pelas quais os progressistas acreditam alcançar o progresso: “O progresso do País, quanto a nós, consiste atualmente na satisfação das nossas mais palpitantes necessidades: a realidade do sistema representativo pela fiel observância do princípio da divisão, harmonia e independência dos poderes.”²¹

Além da forma de governo, são propostas várias reformas, como a responsabilidade fiscal, a separação do corpo policial do Poder Judiciário, o fim das prisões arbitrárias e as alterações nas delegações dos juízes de paz e dos juízes municipais, a reorganização da Guarda Nacional e maior autonomia às localidades, aos municípios, projeto esse feito de acordo com a descentralização política para que houvessem os melhoramentos necessários, observando as possibilidades financeiras de cada região. Essas ideias eram defendidas em torno do processo contínuo de modificações da Constituição, pela forma da lei, segundo o qual acreditava-se que era o desejo da maioria daqueles envolvidos nas coisas públicas.

A luta intelectual travada contra os homens encastelados na máquina pública era o ponto de partida pelo qual os progressistas queriam viabilizar as mudanças necessárias segundo as quais seriam a causa do progresso brasileiro. Nessa lógica, o sentido da formação tanto do partido nacional, Liga Progressista, quanto da formação do jornal político piauiense, *Liga e Progresso*, seria o combate ao mau uso da máquina pública e a defesa do autogerenciamento das localidades, com as devidas reformas na Constituição, visando a prosperidade nacional.

João Lustosa segue como o principal interlocutor do jornal no Rio de Janeiro. Na última edição do ano de 1862, publicada em 31 de dezembro, o jornal sai em favor de Paranaguá nas alegações que este recebeu da família Mendes de ser um desertor das fileiras do Partido Conservador, acusação rebatida pelo jornal com a ideia de que aquele sujeito não tinha feito

²¹ MOURA, Deolindo Mendes da Silva. *Liga e Progresso*, Teresina, n. 5, p. 1, 22 nov. 1862. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 31 março 2021.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

promessa ou mesmo se comprometido com a causa dos conservadores. João Lustosa é apresentado com uma postura política muito coerente para a prosperidade nacional. Essa disputa entre os membros do Partido Conservador no Piauí com o Conselheiro Paranaguá se prolonga nos anos que seguem devido à posição ocupada por este na Assembleia Geral.

Na publicação de 7 de fevereiro de 1863, o jornal publica outra nota em relação ao conflito entre esses atores: “O Exmo. Sr. Conselheiro João Lustosa da Cunha Paranaguá, ameaçado pelos Srs. Mendes, do Piauí, únicos que compõem o Partido Conservador puritano na Província.”²² A matéria encerra com a alegação de que Paranaguá sairia do Partido Conservador: “[...] essa deserção das fileiras de criminosos de todas as castas, porque só desta casta de gente é que conhecemos fileiras das quais S. Exa. não tem verdadeiro apreço, geral estima e consideração elevada.”²³

Nesta mesma publicação, o jornal conta com uma matéria do município de Parnaíba, a segunda maior localidade piauiense à época, que reforçava a ideia de que a “nova política” tinha sido recebida naquela municipalidade e colocava sobre as mudanças que o Brasil precisava ter para a preparação de seu progresso. Faz denúncia sobre o Partido Conservador, que defendia a derrubada do gabinete progressista do Parlamento, pois não conferia arranjo correto com a maioria na Câmara Legislativa: “A vida da Liga depende da dissolução da Câmara dos Deputados [...] por isso, contam que ainda mais uma vez esmagarão a esse progresso, que ousa assombrar o repouso da estabilidade.”²⁴ A justificativa da matéria pela manutenção do Partido Progressista na chefia do executivo se condiciona pelo motivo de a Câmara não ser representante do povo brasileiro, e as regras do jogo político não deveriam, nesse caso, obedecer às suas ortodoxias, pois era o povo que devia ser respeitado acima das leis e não um partido político:

E não deve o governo do país se dobrar a um que lhe acena com sua maioria, máxime estando essa maioria no parlamento em oposição à maioria da nação; o governo em tal caso considera o parlamento sem a devida força, porque esta emana do povo, e o povo é que assim se pronuncia, e então constitui o ministério a gosto e contento do povo, e não a gosto desses representantes, que já não merecem confiança.²⁵

²² MOURA, Deolindo Mendes da Silva. *Liga e Progresso*, Teresina, n. 12, p. 1, 7 fev. 1863. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 31 mar. 2021.

²³ MOURA, Deolindo Mendes da Silva. *Liga e Progresso*, Teresina, n. 12, p. 1, 7 fev. 1863. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 31 mar. 2021.

²⁴ MOURA, Deolindo Mendes da Silva. *Liga e Progresso*, Teresina, n. 12, p. 1, 7 fev. 1863. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 31 mar. 2021.

²⁵ MOURA, Deolindo Mendes da Silva. *Liga e Progresso*, Teresina, n. 12, p. 1, 7 fev. 1863. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 31 mar. 2021.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

O sistema representativo inglês é adotado como caso exemplar de reformas na manutenção da ordem e na perspectiva de amparo social aos diferentes interesses do povo que compunha aquele reino: “Em circunstâncias regulares tem constituído o seu governo de homens que no parlamento se acham em minoria, porque de momento a momento se mudam os tempos e as circunstâncias, e é preciso acompanhá-las em proveito da nação.” Sendo assim, mais justo seria obedecer ao estímulo do povo brasileiro, por ser um caso extraordinário em que o progresso de todo o país dependeria “com mais razão quando o país se acha em circunstâncias excepcionais como o nosso”.²⁶

A publicação de 3 de março de 1863 tem uma matéria do município de Pedro II que faz referência a um discurso de Sales Torres Homem na Câmara Geral do Rio de Janeiro, que descreditava o Partido Progressista pela sua formação heterogênea. A publicação busca referências de países com formação política mais remota para valorizar a ideia de heterogeneidade na política: “Percorra-se Paris, Londres ou Pequim e não se encontrará, em qualquer dessas grandes cidades do mundo, dois homens, duas mulheres tão idênticos no físico e na moral que não tenham um sinal característico que os distinga.”²⁷ A razão da experiência progressista desses lugares era justamente o caráter cosmopolita na formação atual de suas sociedades.

A organização da natureza é colocada como outra característica que os sujeitos políticos brasileiros pareciam querer esconder, e o fato de que a pluralidade natural era a evidência maior da manutenção e da prosperidade da vida biológica era fator para expandir para a política o sentido da pluralidade:

A variedade é uma das primeiras leis da natureza: se está, por toda parte e mesmo dentro de nós [...] não admira que os conservadores moderados e os liberais coligados em um só pensamento, sem cederem uns e outros um ceitel de seus primitivos princípios, hajam estabelecido a Liga como a única política capaz de fazer a roda social brasileira girar nos seus devidos eixos.²⁸

²⁶ MOURA, Deolindo Mendes da Silva. *Liga e Progresso*, Teresina, n. 12, p. 1, 7 fev. 1863. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 31 mar. 2021.

²⁷ MOURA, Deolindo Mendes da Silva. *Liga e Progresso*, Teresina, n. 14, p. 4, 7 mar. 1863. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 31 mar. 2021.

²⁸ MOURA, Deolindo Mendes da Silva. *Liga e Progresso*, Teresina, n. 12, p. 4, 7 mar. 1863. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 31 mar. 2021.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

A formação desse movimento progressista na década de 1860 perpassa os campos disciplinares da sociologia política e da história das ideias políticas, pois se relaciona com um movimento de amalgamação social no seio da sociedade. As reflexões sobre o associativismo político se gerenciam em abordagens sociológicas, e, para além da compreensão da organicidade da associação enquanto agrupamento (necessidade de reuniões, de identidade; propósito de combate a uma instituição ou poder já estabelecido; desenvolvimento por meio de transformação do programa inicial; dificuldade de manutenção/renovação etc.), elas buscam compreender questões em torno dos sujeitos que lidam com o voluntariado e o subjetivismo dos atores políticos²⁹.

Para os limites do nosso estudo, a formação desse movimento surge por causa do Estado imperial brasileiro, entendendo com isso toda montagem e aparelhamento dessa entidade, e se desenvolve dentro do horizonte de renovação que esse Estado permitiu receber. O gerenciamento dessa entidade se concretiza por meio das ações dos sujeitos políticos do período, sendo o próprio jornal piauiense um aspecto desse movimento de fabricação dos dispositivos sociais de uso político. Contudo, a lógica da renovação e da própria estabilidade dos partidos, grupos, atores políticos no Império brasileiro se constitui na relação basilar que tiveram com as instituições estatais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O momento de inserção das ideias do novo partido na Província do Piauí teve o bônus da montagem e da circulação do jornal *Liga e Progresso*, que se tornou o interlocutor móvel das ideias defendidas por aquele núcleo no Rio de Janeiro na comunidade política piauiense. O jornal procurou construir a imagem do novo partido por meio dos sujeitos pertencentes à elite política imperial que se relacionavam com ele, sendo João Lustosa Paranaguá um exemplo, ressaltando as ações promovidas por tais sujeitos e as reivindicações que sugeriam ao Estado imperial.

O jornal buscou sua legitimação também pelo discurso daqueles que faziam parte da oposição política na própria província, como é o caso de Antônio de Sampaio Almendra. A

²⁹ RIOUX, Jean-Pierre. A associação política. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Tradução de Dora Rocha. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2013. p. 110-111.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

análise das páginas publicadas por esse jornal revela um esforço para a aceitação das ideias pela comunidade local e pelo reconhecimento da importância do partido novo e do jornal em si.

Nenhuma das publicações do ano de 1864, feitas por esse jornal, estão disponíveis nas plataformas online e as publicações do seu último ano (1865) estavam em outro campo temático, ou seja, noticiando os eventos diplomáticos. Sendo assim, a produção desse jornal em relação à construção de sua imagem como veículo difusor da Liga Progressista se insere nas publicações dos anos de 1862 e 1863, com as interlocuções obtidas com membros da Assembleia Geral dos deputados e com as outras municipalidades piauienses, além da capital.

REFERÊNCIAS

BERSTEIN, Serge. Os partidos. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Tradução de Dora Rocha. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro das sombras: a política imperial*. 13. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

ESTEFANES, Bruno Fabris. *A muralha de bronze: a formação da Liga Progressista no Império do Brasil. Representação, soberania e rearticulação partidária (1857-1862)*. 2017. 224 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de pós-graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Universidade de São Paulo, 2017.

FERRAZ, Paula Ribeiro. *O Gabinete da Conciliação: atores, ideias e discursos (1848-1857)*. 2013. 159 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de pós-graduação em História, Universidade Federal de Juiz de Fora, Minas Gerais, 2013.

FREITAS, Clodoaldo. *Vultos piauienses*. 3. ed. Teresina: Academia Piauiense de Letras: EDUPFI, 2012.

LYNCH, Christian Edward Cyril. O conceito de liberalismo no Brasil. *Araucaria – Revista Iberoamericana de Filosofia, Política y Humanidades*, Sevilha, n. 17, mayo 2007.

MOURA, Deolindo Mendes da Silva. *Liga e Progresso*. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 31 mar. 2021.

RÊGO, Ana Regina. *Imprensa piauiense: entre a literatura e a política*. In: CONGRESSO NACIONAL DA HISTÓRIA DA MÍDIA, 6, 2008, Niterói. *Anais [...]*. Niterói: UFF, 2008.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

RÊGO, Ana Regina. *Jornais monarquistas piauienses: mapeamento da temática republicana no final do Segundo Reinado*. In: ENCONTRO NACIONAL DA REDE ALFREDO DE CARVALHO, 3, 2005, Novo Hamburgo. *Anais [...]*. Novo Hamburgo: UFRGS, 2005.

RIOUX, Jean-Pierre. A associação política. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Tradução de Dora Rocha. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2013.

SOUZA, Paulo Gutemberg de Carvalho. *História e identidade: as narrativas da piauiensidade*. Teresina: EDUPFI, 2010.